



Clipping – Cuiabá/MT, 04 a 06 de abril de 2011.

Notícias / **Cidades**

03/04/2011 - 18:00

Henry se diz convicto de que OSS é a melhor opção para crise na Saúde

Da Redação - Julia Munhoz



Foto: Reprodução

Determinado a provar que a ‘terceirização da saúde’ através da contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) é a melhor saída para tentar solucionar o que, hoje, é um dos maiores pontos de crise em Mato Grosso, o secretário de Saúde Pedro Henry disse estar ainda mais convicto de que o modelo é a melhor opção. Tanta certeza veio após as visitas realizadas pelo gestor em dois hospitais de Pernambuco e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), todos gerenciados por OSS.

“É um modelo que permite uma alta resolutividade, dá mais resultados e que possui eficientes mecanismos de controle e redonda num nível de satisfação muito grande do usuário”, declarou Henry, após visita as unidades, em Recife e na região metropolitana.

Henry verificou in loco os serviços prestados pelo Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde, que vem sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelos ministérios públicos de Alagoas e do Rio Grande do Norte por supostas irregularidades na forma como venceu processos licitatórios nesses estados.

A Organização Social foi habilitada na primeira fase do processo licitatório para administrar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande e concorreu a licitação com o



Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de São Paulo. Conforme a assessoria, a intenção é que até o início do junho a unidade já esteja funcionando. A idéia é iniciar por este hospital o novo modelo de gestão. A instalação de equipamentos e contratação de pessoal ficará por conta da OSS que for a escolhida ao final do processo do Chamamento Público da SES.

Além de Pernambuco, o secretário já visitou unidades de saúde gerenciadas por OSS em São Paulo, conheceu em Pernambuco unidades gerenciadas pelo IMIP (Instituto Materno Infantil de Pernambuco) que gerencia o Hospital Dom Helder, e o IPAS, que gerencia em Recife a UPA Imbiribeira e o Hospital Amélia Gueiroz (próprio) em Agrestina, O instituto também participa da gestão dos hospitais Memorial Jaboatão e Memorial Guararapes, ambos localizados em Jaboatão dos Guararapes, cidade de 644 mil habitantes localizada na região metropolitana a 18 quilômetros da capital.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry se diz convicto de que OSS e a melhor opcao para crise na Saude&edt=25&id=168742](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry%20se%20diz%20convicto%20de%20que%20OSS%20e%20a%20melhor%20opcao%20para%20crise%20na%20Saude&edt=25&id=168742)

Notícias / **Cidades**

04/04/2011 - 11:58

Bebê de 2 meses morre com edema pulmonar a espera por leito de UTI

De Rondonópolis - Dayane Pozzer / Da Redação - Alline Marques

Um bebê de dois meses de idade morreu na manhã desta segunda-feira, às 8h40, com edema agudo pulmonar, em Rondonópolis, por falta de atendimento intensivo. A criança esperava por uma vaga na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas teve o pedido negado pelos hospitais Regional e Santa Casa. O Hospital Regional não é referência em pediatria.

A informação foi dada pelo próprio prefeito da cidade, José Carlos do Pátio (PMDB), que já adiantou que irá acionar o Ministério Público Estadual. O incidente coincidiu com a visita do secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), no município. Henry e Pátio estão reunidos para discutir o assunto.



A menina J.M.B.M chegou ao Pronto Atendimento à 1h30 e após receber os primeiros socorros teve de aguardar uma vaga na UTI. Pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), os dois hospitais da cidade não atenderam a solicitação.

O Ministério Público do Estado ingressou com uma liminar, mas que não foi julgada a tempo e a criança faleceu às 8h40. A diretora do Hospital Regional, Rosana Zucato, alegou que não se omitiu, pois não é referência neste tipo de atendimento. A especialidade da unidade é em traumas de ortopedia.

O vereador Hélio Pichioni, ex-diretor da Santa Casa, explicou que o hospital também não possui UTI Infantil, apenas Neo-natal, o que não atenderia às necessidades do bebê.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Bebe de 2 meses morre com edema pulmonar a espera por leito de UTI&edt=25&id=168943](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Bebe%20de%20meses%20morre%20com%20edema%20pulmonar%20a%20espera%20por%20leito%20de%20UTI&edt=25&id=168943)

Notícias / Cidades

04/04/2011 - 15:47

Henry aponta negligência de médico da Santa Casa pela morte de bebê

Da Redação - Pollyana Araújo

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), responsabilizou, em visita a Rondonópolis nesta segunda-feira (2), o médico plantonista da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis pela morte do bebê de dois meses, vítima de um edema pulmonar agudo. O pediatra teria negado atendimento à criança. A negligência, porém, ainda será apurada.

As informações repassadas por Henry foram levantadas pelas equipes médicas do Hospital Regional de Rondonópolis, onde a Central de Regulação de Vagas do Sistema Único de Saúde (SUS) também tentou hospitalizar a criança, pela Secretaria Municipal de Saúde e pela própria direção da Santa Casa. Conforme o diretor da unidade, Marcelo Carruesco, “a Santa Casa vai apurar se houve negligência até o fim”.

Segundo a diretora do Regional, Rosana Zucato, o Estado não se omitiu, pois não é referência neste tipo de atendimento e sim em trauma-ortopedia. Um médico do corpo clínico do Regional também ressaltou nesta manhã durante encontro com o promotor Ari Madeira, da Promotoria de Defesa da Cidadania e do Consumidor, que o Regional



Saúde em Foco



ofereceu a sua UTI, mesmo sendo adulta, mas que precisaria do pediatra da Santa Casa para atender o bebê.

O incidente coincidiu com a visita de Pedro Henry no município. Henry e Pátio estiveram reunidos toda a manhã e parte desta tarde discutindo este e outros assuntos relacionados ao Hospital Regional e a uma possível recontractualização com a Santa Casa. “A Secretaria lamenta profundamente este episódio, que mostra de fato a fragilidade da Saúde do nosso Estado”, afirmou o secretário.

Ainda de acordo com Henry, é provável que o fato gere uma ação judicial para que sejam apontados os responsáveis. Este não seria o único caso de paciente que precisou de uma UTI pediátrica na cidade. A diretora do Regional confirmou durante a reunião que desde quarta-feira a Central de Regulação tenta uma vaga em UTI pediátrica no Estado para outra criança.

A informação da morte do bebê foi dada pelo próprio prefeito da cidade, José Carlos do Pátio (PMDB), ao final da coletiva com Pedro Henry. O prefeito adiantou que irá acionar o Ministério Público Estadual.

Entenda o caso

O bebê chegou ao Pronto Atendimento Infantil à 01h30 com parada respiratória devido ao quadro de edema pulmonar agudo. Segundo a enfermeira chefe do PA, Luiza Helena Franchine, os profissionais da unidade fizeram tudo o que podiam e conseguiram estabilizar seu estado. Enquanto isso, a Central de Regulação foi acionada para conseguir o atendimento intensivo.

Com a demora no atendimento ideal, que seria a transferência para uma UTI, o bebê não resistiu e morreu às 08h40. O atestado de óbito diz que a causa foi indeterminada, mas conforme a enfermeira chefe do PA a causa provável foi o edema pulmonar.

Tanto o Hospital Regional, como a Santa Casa, não possuem UTI pediátrica. A Santa Casa tem UTI Neo-natal, que atende crianças até 28 dias, e o Regional UTI para adultos. Além disso, o Regional não tem pediatras em seu quadro clínico, apenas a Santa Casa. Na opinião do prefeito José Carlos do Pátio, mesmo tendo apenas outros



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

tipos de UTI, o atendimento deveria ter sido feito. “Não poderia deixar de atender, vamos tomar uma atitude firme em defesa da população”, pontuou.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry_aponta_negligencia_de_medico_d_a_Santa_Casa_pela_morte_de_bebe&edt=25&id=168992

Notícias / Cidades

03/04/2011 - 10:05

Samu terá processo seletivo para médicos e inscrições vão até dia 6

Da Redação - Alline Marques



Foto: Julia Munhoz/Olhar Direto

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) lançou edital de processo seletivo para contratação temporária de 34 médicos para prestar atendimento no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) na baixada cuiabana. O salário para 30 horas semanal é de R\$ 3.683,79.

O coordenador da Samu, Daude Jaber Abdala, destacou que a seleção atende a uma reivindicação da categoria, que luta pela normatização do serviço e melhoria salarial. O médico destaca que o ideal seria a realização de concurso público, porém o processo seletivo atende uma solicitação de urgência.

“Este edital vem de encontro com a reivindicação do sindicato e apesar do ideal ser o concurso, ao menos o Estado supre uma necessidade de urgência do médico regulador e intervencionista”, afirmou em entrevista ao Olhar Direto. Atualmente, o Samu conta com 245 servidores, dentre eles, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, condutor socorrista, radio operador e tele-atendentes.



Vale destacar que os 34 médicos que compõem o quadro atual do Samu também terão de entrar na disputa por uma vaga no serviço e então efetivar um contrato com o Estado.

Os interessados podem realizar as inscrições na sede do Samu, que se localiza na Rua Oriente Tenuta, nº 676, Bairro Alvorada, (no antigo Hospital São Thomé, próximo à TV Gazeta), em Cuiabá. O prazo vai até o dia 6 de abril.

O processo seletivo é de responsabilidade da Superintendência de Gestão de Pessoas da SES, em conjunto com o SAMU, que, para tanto, designarão uma comissão coordenadora.

Clique [aqui](#) e confira o edital

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Samu tera processo seletivo para medicos e inscricoes vao ate dia 6&edt=25&id=168549](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Samu%20tera%20processo%20seletivo%20para%20medicos%20e%20inscricoes%20vao%20ate%20dia%206&edt=25&id=168549)

Notícias / **Ciência & Saúde**

02/04/2011 - 09:04

Médico chora e denuncia: "O caos está instalado na saúde pública"

Do G1, com informações do Jornal da Globo

Apenas um médico ortopedista trabalhou nessa sexta-feira (1º) no Hospital Público de Rondonópolis, (220 km de Cuiabá). Os demais ou se demitiram ou não foram trabalhar porque estão em greve e acabou sobrando para os pacientes.

O único ortopedista de plantão desabafou ao resumir o drama dos pacientes e dos que procuram atendimento de urgência. “As pessoas pensam que médico não tem coração”, disse Leolino Araújo. “O caos está instalado. Parece que o governo não tem preocupação com o que está acontecendo. Há muito tempo a gente está lutando para evitar essa situação”, acrescentou.

Após o desabafo, o médico mostrou a situação de um paciente que sofreu um acidente: um mototaxista teve a perna esmagada e precisava de cirurgia, mas o ortopedista disse que não há médicos e nem estrutura no hospital. “Eles querem fazer saúde desse jeito. Chegamos ao extremo”, reclamou.



O mototaxista só conseguiu ser operado 6 horas e meia após o acidente, depois de intervenção do Ministério Público (MP).

Dos nove ortopedistas do hospital, só Leolino trabalhou. Em greve, os médicos reivindicam reajuste salarial e a contratação de mais profissionais.

Direção do hospital

A diretora do hospital, Rosana Zucatto, falou sobre o problema. “A secretaria entende que esse é o número necessário para atender a demanda. Mas a urgência não vai deixar de ser atendida”, afirmou.

Ministério Público

O MP informou que vai requisitar informações do Estado. “Acredito na solução porque o caso é gravíssimo. Rondonópolis não pode mandar seus casos de ortopedia para Cuiabá”, disse o promotor Ari Madeira.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Medico_chora_e_denuncia_O_caos_esta_instalado_na_saude_publica&edt=34&id=168600

Notícias / **Ciência & Saúde**

04/04/2011 - 09:53

Em 45 dias de distribuição gratuita, quase 3,5 milhões de pessoas têm acesso a remédios para diabetes e pressão alta

Agência Brasil

Quase 3,5 milhões de pessoas usam remédios para diabetes e pressão alta fornecidos de forma gratuita pela rede. De acordo com balanço divulgado hoje (4) pelo governo, primeiros 45 dias após o anúncio do acesso gratuito desses medicamentos no programa Aqui Tem Farmácia Popular, o número representa quase o dobro do que era consumido quando os mesmos remédios eram disponibilizados a preços populares.

Para a presidenta Dilma Rousseff, o aumento na distribuição dos medicamentos indica que a campanha sobre a importância do tratamento está no caminho certo. “Mais pessoas estão tendo acesso aos remédios e é exatamente esse o nosso objetivo.



Queremos que todos os diabéticos e hipertensos possam fazer o tratamento direito, sem interrupção, disse.

Em seu programa semanal Café com a Presidenta, ela lembrou que, para fazer a retirada dos remédios, é preciso apresentar a receita médica, um documento com foto e o CPF. Ao todo, 15.097 farmácias credenciadas e 548 unidades do governo fazem a distribuição.

Segundo Dilma, médicos se referem ao diabetes e à pressão alta como doenças silenciosas, uma vez que o paciente nem sempre sente que está doente e, portanto, não toma os devidos cuidados. “O problema é que essas doenças, se não forem tratadas, levam a complicações muito graves, que podem até matar. Daí a importância da prevenção, com uma vida saudável, uma alimentação saudável e exercícios físicos, desde que o médico controle e receite. E, além disso, o tratamento com os medicamentos corretos.”

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Em 45 dias de distribuicao gratuita quase 35 milhoes de pessoas tem acesso a remedios para diabetes e pressao alta&edt=34&id=168888](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Em+45+dias+de+distribuicao+gratuita+quase+35+milhoes+de+pessoas+tem+acesso+a+remedios+para+diabetes+e+pressao+alta&edt=34&id=168888)

Notícias / Ciência & Saúde

04/04/2011 - 13:09

Ministério da Saúde discute uso de novo medicamento contra vírus HIV

Da Agência Brasil

O uso do medicamento maraviroque pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento do vírus HIV ainda não está definido pelo governo federal. Cerca de 200 mil pacientes em tratamentos e 150 mil que ainda fazem exames aguardam a definição sobre a inclusão do produto na lista dos remédios contra o vírus utilizados no país. A lista tem mais de 20 itens. Comercialmente, o maraviroque é conhecido como Celsentri.

Segundo Ronaldo Hallal, infectologista e assessor técnico do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, a demanda pelo maraviroque é muito baixa e restrita basicamente ao estado de São Paulo, onde se tem a epidemia mais antiga do país.



O uso do produto é restrito aos doentes cujo vírus HIV entra nas células por meio do correceptor CCR-5. A principal discussão ocorre justamente pela dificuldade de se ter esse diagnóstico. Existe apenas um laboratório em todo o mundo, nos Estados Unidos, que realiza o exame.

O uso desse medicamento divide a opinião dos médicos em todo o país. Para alguns, os pacientes não têm como esperar. Os médicos questionam o ritmo da avaliação de novas drogas para serem usadas em pacientes com aids. “Nós temos que pensar além do acesso das pessoas ao tratamento, na sustentabilidade desse programa que é bastante complexo e que investe cerca de R\$ 800 milhões ao ano apenas na aquisição de medicamentos. São decisões bastante criteriosas que precisam ser adotadas”, defende Ronaldo.

Outros acreditam que a mudança deve ser feita somente quando já estiver registrada a versão nacional de um exame, atualmente feito apenas em São Paulo, em uma forma alternativa, porém comprovada cientificamente.

O medicamento já é utilizado nos Estados Unidos e na União Europeia na fase inicial do tratamento ou nos casos em que o doente adquire resistência a outras drogas. No Brasil, o produto já tem aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ministerio_da_Saude_discute_uso_de_novo_medicamento_contra_virus_HIV&edt=34&id=168935

Notícias / **Ciência & Saúde**

04/04/2011 - 15:00

Médicos ganham menos do que cabeleireiros, diz presidente do CRM

Da Redação - Alline Marques

Os clientes dos planos de saúde deverão estar em alerta na quinta-feira (7), pois os médicos irão suspender os atendimentos em manifestação às intervenções feitas pelas empresas e por melhoria na remuneração. O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan de Azevedo, alegou os planos vetam pedidos de exames e de cirurgias dos pacientes e “pagam menos do que a um cabeleireiro”.



“Os planos de saúde vetam os exames e solicitações de consultas. O MT Saúde paga R\$ 38 por consulta e ainda determina quando é o retorno. Eles pagam por um bem maior que é a saúde e nós recebemos menos que um cabeleireiro. Não estou desmerecendo, mas a nossa responsabilidade é com a vida”, reclamou em entrevista ao **Olhar Direto**.

O CRM dará uma entrevista coletiva nesta terça-feira (5) para falar sobre a paralisação do atendimento aos planos de saúde na quinta-feira (7). Os médicos credenciados junto às operadoras e aos planos de saúde se mobilizam para suspender o atendimento em todo o país. Cerca de 160 mil profissionais atuam no setor.

O presidente do CRM contou ainda que os planos de saúde aumentaram as mensalidades em 140% para os clientes e somente 80% para os médicos.

“Eles glosam os exames, reclamam dos médicos quando solicitam muitos exames e a situação é crítica. Quem mais sai prejudicado nesta história é o cidadão, porque os médicos estão abandonando os consultórios. Com isso, as pessoas não conseguem mais ter um acompanhamento médico e acabam ficando dependente dos plantões”, destacou.

De acordo com Arlan, o médico necessita de ao menos 80 consultas mês para conseguir manter um consultório aberto, devido aos gastos excessivos com impostos, funcionários, alugueis, entre outros.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Medicos ganham menos do que cabeleireiros diz presidente do CRM&edt=34&id=168905](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Medicos%20ganham%20menos%20do%20que%20cabeleireiros%20diz%20presidente%20do%20CRM&edt=34&id=168905)

Notícias / **Ciência & Saúde**

05/04/2011 - 11:48

Pronto-Socorro está sem realizar exames essenciais

Da Redação - Alline Marques

O Pronto-Socorro de Cuiabá está sem aparelhos para exames de endoscopia e broncoscopia e a constatação foi feita pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) na segunda-feira (4), após receber denúncia da ausência destes equipamentos.

O presidente do CRM, Arlan de Azevedo, explicou que caso alguém chegue engasgado deverá ir direto para sala de cirurgia, sem antes passar pela endoscopia para saber onde o objeto se alojou. Além disso, o Hospital Julio Muller também está com o setor de



endoscopia interdito pela Vigilância Sanitária, o que agrava ainda mais a situação na capital.

Já o aparelho de broncoscopia permite a visualização interna do sistema respiratório, desde a laringe até os brônquios, facilitando a realização de cirurgias respiratórias.

A fiscalização realizada ontem tem como objetivo dar encaminhamento ao problema para que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) encontre uma solução emergencial.

Durante a visita, Arlan constatou mais uma vez a situação caótica do pronto-socorro na capital, que continua com pessoas nos corredores na espera por atendimento ou em observação.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Pronto-Socorro_esta_sem_realizar_exames_essenciais&edt=34&id=169193

Notícias / **Ciência & Saúde**

05/04/2011 - 16:34

Madureira aprova OSS para administrar Hospital Metropolitano

Secom/VG

“A saúde é uma das prioridades de meu governo. Os investimentos no setor são primordiais para, posteriormente, evitarmos uma demanda de problemas de saúde mais graves”, este foi o discurso do prefeito de Várzea Grande, João Madureira do Santos, nesta segunda-feira (04.04) no gabinete, em reunião com o secretário Estadual de Saúde, Pedro Henry. Na oportunidade o secretário fez apresentação do modelo que vai gerenciar, operacionalizar e executar o Hospital Metropolitano, localizado no bairro Cristo Rei, por meio de uma Organização Social de Saúde (OSS) do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas). A Ipas foi criada em 1956, e desde então gerencia várias unidades na região Nordeste.

“Em (31.03) fui pessoalmente conhecer a Organização Social de Saúde em Pernambuco juntamente com representantes de Várzea Grande, ficamos fascinados com o atendimento. Este modelo permite alta resolutividade na área da saúde, com ótimos resultados e possui eficientes mecanismos de controle e com altos índices de satisfação aos usuários”, destaca o secretário de Saúde do Estado, Pedro Henry.



Saúde em Foco



Ainda segundo Henry Várzea Grande vai ganhar muito com o novo modelo sendo referência no Estado. “A hora é agora, não podemos esperar, a saúde deste município precisa avançar, esse modelo vai alavancar Várzea Grande, se tornando um marco na história da cidade industrial, acredito que podemos fazer melhor, aqui será referencia nacional, com avanço tecnológico, sendo modelo futurista de saúde, eu comprovei a eficácia do serviço”, enfatiza. Pedro garante que até final de 2011 a saúde de Várzea Grande sofrerá significativas mudanças, e apresentará uma nova cara.

Várzea Grande também será beneficiada com duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 horas que tem a função de fazer o primeiro atendimento, desafogando, assim as grandes emergências nos hospitais públicos. Após o atendimento e da estabilização do paciente, caso seja necessário, ele pode ser encaminhado para um hospital ou para uma unidade ambulatorial.

As UPAs serão construídas na região do Asa Bela, e outra no Ipase, somando de 600 a 700 atendimentos diários cada uma, estes custeados distribuídos entre esferas federal, estadual e municipal.

Na reunião Pedro Henry sedeu ao município uma plataforma para aquisição de medicamentos, ferramenta que reduz os gastos elevados com medicamentos, segundo ele em média 32% em barateamento das compras. A plataforma não terá custo na implantação, porém uma taxa simbólica para manutenção do sistema.

O Ipas foi a organização selecionada para desempenhar a administração do Hospital Metropolitano, e homologação do resultado com assinatura de contrato está prevista para o próximo dia 19 de abril. Com a assinatura do contrato a OSS inicia a montagem, estruturação do hospital, com aquisição de equipamentos, e treinamento de pessoal, a previsão é que comece os atendimentos em 60 dias. Mas o prefeito e secretário pretendem no aniversário de Várzea Grande – 15 de maio, realizar um ato parcial de inauguração para presentear os várzea-grandenses.

O Hospital Metropolitano de Várzea Grande atenderá paciente referenciado com resoluções desde média e alta complexidade, enquanto o Pronto Socorro, Policlínicas e Upas, ficarão com urgência e emergência. O hospital terá 62 leitos, 52 enfermarias e dez



UTIs (Unidade de Tratamento Intensivo). Os atendimentos são de ortopedia, traumatologia e cirurgias gerais, contribuindo para desafogar a demanda nos pronto-socorros de Cuiabá e de Várzea, cerca de 500 cirurgias mensais serão oferecidas.

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Madureira aprova OSS para administrar Hospital Metropolitan&edt=34&id=169318>

Notícias / **Ciência & Saúde**

05/04/2011 - 20:17

Governo baixa novas regras para impedir acúmulo ilegal de emprego por profissionais de saúde

Agência Brasil

O Ministério da Saúde publicou hoje (5) novas regras para impedir o acúmulo irregular de cargos por profissionais de saúde. Os trabalhadores e gestores públicos terão de justificar os casos de acúmulo de emprego. A Portaria 134, que traz as novas normas, proíbe o credenciamento de profissionais que exercem mais de dois cargos ou empregos públicos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Cnes), banco que reúne dados dos trabalhadores do setor. A Constituição Federal só permite aos profissionais de saúde acumular dois empregos.

No caso de o profissional liberal ou autônomo trabalhar em mais de cinco instituições de saúde da iniciativa privada, o cadastro no sistema só poderá ser feito com apresentação de justificativa dos gerentes dos estabelecimentos de saúde, validada pelo gestor municipal, estadual ou do Distrito Federal.

De acordo com a portaria, cabe aos estados, municípios, responsáveis pelas unidades de saúde e ao Distrito Federal atualizar, mensalmente, o cadastro do setor. Antes, a responsabilidade era apenas dos gestores locais. Além disso, os dados como nome e registro do profissional serão confrontados com a base de informações do Conselho Federal de Medicina (CFM). Em caso de situação irregular, o cadastro do profissional pode ser bloqueado.

A portaria estabelece também o controle sobre a carga horária dos funcionários do Programa Saúde da Família, ligado ao ministério. Para ter vínculo em mais de três estabelecimentos públicos ou particulares, o profissional deve ter uma justificativa e



autorização prévia do gestor público, além de não poder ultrapassar a carga horária estabelecida. Se for constatado descumprimento da norma, o ministério irá suspender a transferência de recursos para a equipe do programa ao qual o profissional faz parte.

As normas vão vigorar a partir de maio. Em 2011, o governo federal já descredenciou 7.891 agentes comunitários, 1.137 equipes do Saúde da Família e 914 equipes de saúde bucal, em 1.294 municípios. As principais irregularidades são duplicidade de cadastro de profissionais e não cumprimento da jornada de trabalho.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Governo_baixa_novas_regras_para_impe_dir_acumulo_ilegal_de_emprego_por_profissionais_de_saude&edt=34&id=169279

[Saúde Pública](#) | 06/04/2011 - 08:35

[Vereador diz que Henry não o convenceu sobre gestão de OSS](#)

Ana Adélia Jácomo



O vereador por Cuiabá Lúdio Cabral (PT) disse que participou dos debates realizados na Câmara em relação às ações que o secretário de Saúde Pedro Henry pretende implantar. Segundo Lúdio, o gestor esteve no Palácio Pascoal Moreira Cabral semana passada pleiteando o apoio dos vereadores.

Apesar de ter convencido boa parte dos parlamentares, como Toninho de Souza (PDT), Lúdio, no entanto, continua fazendo oposição à ideia de Henry e frisa que algumas afirmações do secretário não seriam verdadeiras.

“Dizer que sai mais barato para o Estado custear despesas de hospitais tercerizados é uma grande mentira. Esse novo modelo custa o mesmo tanto, ou mais, que os hospitais públicos”, combate Lúdio.

O petista afirma que a diferença entre os dois modelos em questão, é que no público não se fecha as portas para o paciente, já no privado existe um número de atendimentos e, caso mais pessoas precisem ser atendidas, eles teriam a autonomia de rejeitar a demanda. Lúdio ainda alfineta Henry e diz que o secretário tem uma parcela de culpa no quadro de Saúde do Estado.



“Ele (Henry) é quem indica, há mais de 10 anos, o diretor do Hospital Regional de Cáceres. E é essa ingerência que vem causando todo esse caos. É necessário que haja um auditoria, para saber se gasta mais do que deve e porque tem gastado tanto. Não adianta querer mudar tudo sem prestar contas à sociedade”, diz o vereador.

Em relação às recentes declarações do vereador Toninho de Souza, que afirmou acreditar que grande parte dos servidores tem rejeitado a proposta do secretário por temerem colocar a “mão na massa”, Lúdio é categórico ao reprovar as afirmações dos colegas. “Culpar o trabalhador é um grande equívoco. Na gestão pública há necessidade de se valorizar os serviços. O fato é que não investem em melhores salários, nem em condições de trabalho. Agora, querem mudar as coisas culpando o servidor público?”, rebate.

O fato, é que Henry vem fazendo uma verdadeira peregrinação em busca de apoio político para implantar a tercerização nos hospitais públicos, por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Nesta segunda (4), esteve na Câmara de Várzea Grande e conseguiu convencer a bancada a apoiá-lo. Inclusive o prefeito João Madureira (PSC) teria elogiado o secretário e declarado total apoio à tercerização do Hospital Regional do município.

http://www.rdnews.com.br/noticia/vereador-diz-que-henry-nao-o-convenceu-sobre-gestao-de-oss#Scene_1

Notícias / **Política MT**

02/04/2011 - 18:01

Sinop cede prédio de hospital para Estado gerir com Organização Social

De Sinop - Alexandre Alves

Os membros do Conselho de Saúde de Sinop aprovaram, por unanimidade, a cessão do prédio do Hospital Municipal para gestão do governo do Estado de Mato Grosso, por meio de uma Organização Social (OS). “Agora o secretário de Saúde [Pedro Henry] pode começar os procedimentos para a escolha da OS que vai administrar a unidade”, falou o prefeito Juarez Costa (PMDB), em entrevista.

Conforme o chefe do Poder Executivo do município, a expectativa é que o hospital seja aberto em cinco meses. A obra está pronta desde 2008, mas faltando alguns detalhes, como elevador, grupo estacionário gerador de energia elétrica, entre outros. Juarez argumenta que são necessários mais de R\$ 2 milhões para deixar o prédio apto para funcionamento de hospital.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Na reunião de sexta-feira (1) com os membros do conselho, Juarez detalhou que as OS partem da iniciativa privada, obtendo um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

Não foi informado se a OS que for gerir o Hospital de Sinop terá que equipá-lo, ou essa obrigação ficará por conta do município ou Estado. Estimasse que seja preciso compra mais de R\$ 8 milhões em aparelhagem médica. Juarez tenta, desde o ano passado, conseguir a verba no Ministério da Saúde.

Entre os assuntos em pauta, também foram destaques a ampliação das Unidades de Saúde da Família, dos atendimentos especializados, da UTI móvel e das 14 equipes que realizam a cobertura dos PSF, informou a assessoria de comunicação.

Foto:

Olhar

Direto



<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=168653>

05/04/2011 - 19h13

Saúde pública é a pior em 10 anos e supera a segurança pública

Thais Tomie com Assessoria



Redação 24 Horas News

O índice de insatisfação da população de Cuiabá com os serviços públicos chegou ao pior patamar dos últimos dez anos. Apesar de 85,1% dos chefes de família gostar de morar na cidade, o cenário é de puro descontentamento com que o poder público pode oferecer ao cidadão. Para os 27% dos cuiabanos, o principal problema da Capital é a saúde pública, segundo a pesquisa "Nossa Casa", realizada pela Vetor Pesquisas. Superou a segurança pública, item que sempre causou maior preocupação aos chefes de família.

Pelo levantamento, os serviços públicos que mais causam insatisfação nos entrevistados são o trânsito, com apenas 30,4% de satisfação; a fiscalização em terrenos baldios, com 31,3%; e a saúde pública, com 32,4%. Já os itens com maiores percentuais de satisfação são construção de casas populares (80%), iluminação pública (70,8%) e creches públicas (68,5%).

"Os dados mostram que o cuiabano está mais crítico sobre os serviços públicos, considerados muito abaixo do mínimo ideal. É um recado para o poder público" - observa a socióloga Miriam Braga, diretora geral da Vetor Pesquisas. Os dados compõem o projeto "Nossa Casa", que chega a sua oitava edição.

Um dos dados de destaque é o percentual de entrevistados que avaliam negativamente o transporte público: 55,1%; Esse é maior índice desde o início do projeto "Nossa Casa". O grau de melhoria desse serviço também chegou ao pior percentual desde 2001, saindo dos 49% para os 13,1% atuais. O mesmo ocorreu com qualidade da conservação das praças e áreas de lazer, coleta de lixo, limpeza da cidade, saneamento básico, pavimentação urbana, saúde pública e trânsito.

Uma bateria de serviços públicos é avaliada pelos entrevistados, e nesta edição a pesquisa mostra a mais baixa nota média de avaliação, o que indica a insatisfação do cuiabano. O índice médio de satisfação em 2011 é de 48,6%.

Outra abordagem realizada pela pesquisa é o levantamento dos serviços públicos que melhoraram ou pioraram de dois anos para cá. Assim, a percepção de melhoria é maior em relação à construção de casas populares (54,9%), iluminação pública (42,8%) e educação pública (28,9%). Os itens com menor percepção de melhoria em 2011 são cobrança de impostos (3,8%), trânsito (4,6%) e fiscalização em terrenos baldios (5,0%).



Saúde em Foco



A pesquisa mostrou que, mesmo diante desse quadro terrível, 85,1% chefes de família de Cuiabá mostram-se satisfeitos em morar na cidade. Uma situação que estaria mais ligada ao prazer de ser cuiabano e envolve outros aspectos da cidade fora da avaliação do serviço público. Para 26,5% dos entrevistados, o melhor aspecto da cidade é o calor humano e a hospitalidade das pessoas. O percentual de satisfação de viver em Cuiabá sobe para 89% entre os habitantes com mais de 20 anos na capital.

O levantamento foi feito entre os dias 11 a 18 de fevereiro com 505 chefes de família de ambos os sexos que moram em Cuiabá. A margem de erro aproximada é de 4,4%, com intervalo de confiança estabelecido em 95%. A técnica de pesquisa utilizada foi o survey de opinião, com abordagem domiciliar.

O projeto Nossa Casa consiste numa pesquisa realizada pela Vetor Pesquisas desde 1999 cujos resultados são liberados gratuitamente para a população. Na pauta, constam temas que ajudam a compreender melhor a realidade da cidade de Cuiabá. Os resultados são divulgados sempre próximos ao aniversário da cidade.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=364394>

GERAL

[Deu No A Gazeta: MT vai entregar 20 hospitais para OSS](#)

DETAILS

PUBLISHED ON WEDNESDAY, 06 APRIL 2011 13:28

WRITTEN BY KETHULIN LOPES

O jornal A Gazeta traz hoje (6) como destaque, a matéria sobre a expectativa da Secretaria de Estado de Saúde (SES), que vai conceder 20 hospitais em Mato Grosso, para que sejam geridos por Organizações Sociais de Saúde (OSSs). Além do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, que está com o processo de contratação em fase de recurso, o Hospital Municipal de Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) está com o Chamamento Público para recepção de propostas das entidades marcada para este mês.

O Conselho Estadual de Saúde se reúne hoje para discutir o modelo, mas o contrato será assinado mesmo com a rejeição da implantação das OSS pelos conselheiros. O secretário de Saúde, Pedro Henry, diz que o conselho tem a função de desenvolver políticas e diretrizes para a saúde e não definir sobre a gestão, que é atribuição do poder Executivo.



A matéria assinada pela repórter Caroline Rodrigues destaca ainda que, a previsão é que a concorrência entre as OSSs interessadas aconteça depois da conclusão do processo de contratação do Instituto Pernambucano de Assistência em Saúde, que vai administrar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. Henry assegura que no dia 19 de abril o governo do Estado vai passar a gestão da unidade para a OSS.

O Estado tem o interesse de instalar as OSSs tanto nos hospitais que têm a gestão estadual, como nos municipais, considerados referência de atendimento estadual. Henry argumenta que as unidades municipais selecionadas atendem a demanda que vem de outros municípios da região. Vários municípios, como Nortelândia, Santo Afonso e Arenópolis, demonstraram interesse em entregar as unidades de saúde para gestão estadual e posterior OSS, mas o secretário diz que os hospitais com atendimento exclusivamente municipal não são de interesse da SES.

<http://www.circuitomt.com.br/geral/480-deu-no-a-gazeta-mt-vai-entregar-20-hospitais-para-oss.html>

PLANO DE GOVERNO

OSSs para gerir 20 hospitais

Secretário anuncia novo chamamento público para este mês, logo após fechar contrato em VG

Caroline Rodrigues

Da Redação

A expectativa da Secretaria de Estado de Saúde (SES) é que 20 hospitais de Mato Grosso sejam geridos por Organizações Sociais de Saúde (OSSs). Além do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, que está com o processo de contratação em fase de recurso, o Hospital Municipal de Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) está com o Chamamento Público para recepção de propostas das entidades marcado para este mês. O Conselho Estadual de Saúde reúne-se hoje para discutir o modelo, mas o contrato será assinado mesmo com a rejeição da implantação das OSS pelos conselheiros. O secretário de Saúde, Pedro



Estado tem interesse de entregar gestão dos hospitais municipais considerados referência de atendimento estadual para organizações



Saúde em Foco



Henry, diz que o conselho tem a função de desenvolver políticas e diretrizes para a saúde e não definir sobre a gestão, que é atribuição do poder executivo.

O hospital de Sinop foi concluído em 2008 e ainda não funciona devido à falta de equipamentos e servidores. O prédio foi estadualizado após passar por votação na Câmara Municipal e no Conselho Municipal de Saúde. A previsão é que a concorrência entre as OSSs interessadas aconteça depois da conclusão do processo de contratação do Instituto Pernambucano de Assistência em Saúde, que vai administrar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande.

Henry assegura que no dia 19 de abril o governo do Estado vai passar a gestão da unidade para a OSS. A entidade foi qualificada em um Chamamento Público, onde houve 2 participantes, dos quais 1 não apresentou a documentação completa, deixando a vaga livre para o Instituto.

Conforme o secretário, o processo está na fase de recurso, que é uma exigência da lei, mas a contratação é dada como certa.

Quando questionado sobre o número de interessados no primeiro processo seletivo, Henry afirma que outras organizações já demonstraram interesse e que o Instituto Pernambucano pode voltar a concorrer quantas vezes achar viável. "Não há limite, desde que a entidade tenha condições de fazer o serviço e esteja habilitada".

Outras unidades - O Estado tem o interesse de instalar as OSSs tanto nos hospitais que têm a gestão estadual, como nos municipais, considerados referência de atendimento estadual. No pólo de Rondonópolis (212 km ao sul de Cuiabá), cerca de 4 hospitais serão geridas pelo modelo: o Hospital Regional de Rondonópolis, a Santa Casa de Rondonópolis, o Hospital Municipal de Alto Araguaia e o Hospital Municipal de Jaciara.

Henry argumenta que as unidades municipais selecionadas atendem a demanda que vem de outros municípios da região.

Vários municípios, como Nortelândia, Santo Afonso e Arenópolis, demonstraram interesse em entregar as unidades



de saúde para gestão estadual e posterior OSS, mas o secretário diz que os hospitais com atendimento exclusivamente municipal não são de interesse da SES.

Conselho - O Conselho Estadual de Saúde é formado por 30 representantes de entidades de classe e da sociedade civil organizada. Entre os integrantes está a Universidade Federal de Mato Grosso, Central Única dos Trabalhadores e Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Odontologia.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=288555&codcaderno=19&GED=7060&GEDDA=2011-04-06&UGID=dcddd3e235e45f3f2f9b5076ad20583b>

CUIABÁ

Pesquisa diz que saúde pública é o pior serviço

Amanda Alves

Da Redação

Cuiabanos afirmam que a saúde pública é o pior serviço hoje oferecido na Capital. Esta avaliação espontânea faz parte da pesquisa "Nossa Casa", desenvolvida pela empresa Vetor Pesquisas, que questionou 505 chefes de família entre os dias 11 e 18 de fevereiro deste ano. Em segundo no ranking de problemas estruturais sentido pelos cuiabanos está a segurança pública, que em 2009 estava em primeiro lugar. Quando se analisa cada item, os chefes de família classificaram como mais negativo na cidade as condições de trânsito. Neste quesito, 76,6% afirmaram ser péssimo ou ruim.

A qualidade da saúde pública foi considerada ruim ou péssima por 76,5% dos entrevistados e quando avaliado o grau de melhoria do quesito ao longo dos anos, menos de 10% considerou que houve alguma mudança. Também tiveram índices altos de desaprovação, os serviços de fiscalização de terrenos baldios (74,6%), pavimentação urbana (72,1%) e saneamento básico (69,5%).

A estudante Marilane Nunes da Luz, 18, diz que sentiu a ausência de serviço de saúde em janeiro. "Tive que tomar soro, porque estava com dengue e minha mãe teve que



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

pagar no particular". Hospitais lotados impedem a garantia de atendimento, diz. A técnica de enfermagem, Laura Aparecida Moreira, 36, afirma que o caos atinge também os servidores. "Eu trabalho em uma unidade de saúde e falta muita coisa. Temos gente para trabalhar, mas falta estrutura". Frente a esta situação, ela lamenta que as reclamações dos pacientes sobrem para os funcionários.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=288549&codcaderno=19&GED=7060&GEDDA=2011-04-06&UGID=2cb6a3dc1055627efdad0d399a0b95b5>

Cotidiano

Da Redação

Mato Grosso dobra o número de denúncias na Saúde

Arquivo/FE



Proporção. Entre 2009 e 2010, o precário atendimento em Mato Grosso agravou-se por falta de recurso para melhorias

A quantidade de denúncias de fraudes no setor de saúde passou de quatro para oito entre 2009 e 2010 em Mato Grosso, conforme relatório do TCU (Tribunal de Contas da União).

Estado acompanhou índice nacional, que no mesmo período, teve aumento de 15% na participação de fiscalização de órgãos públicos. Houve incremento de 37 ocorrências- 250, há dois anos, 287, em 2010.

O levantamento do TCU é calculado após a verificação da autenticidade das denúncias.



Saúde em Foco



Nesse cenário, 14 Estados, além de Mato Grosso, apresentaram número superior na comparação à penúltima análise: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo.

Na comparação de unidades por regiões, Mato Grosso lidera o ranking no Centro-Oeste. No Mato Grosso do Sul, houve uma leve variação de quatro para cinco, entre os dois anos. Goiás progrediu de duas ocorrências, em 2009, para cinco do ano passado.

O Distrito Federal aparece em segundo lugar em contagem de todos os Estados brasileiros, com 31 registros, porém sem mudanças estatísticas no período.

Os índices mais altos ficaram com o Rio de Janeiro e a Bahia. O Estado carioca passou de 39 para 46 denúncias; variação pouco maior que do Estado nordestino, que subiu de 18 para 24.

PREJUÍZOS

Apesar do cálculo de ocorrências, o TCU afirma não haver contabilidade os prejuízos em cifras. Segundo a instituição, os números divulgados fazem parte de processos ainda não finalizados.

Eles referem-se a um estágio inicial, antes de serem analisadas e julgadas. Mas com teor de improbidade administrativa como a falta de prestação de contas da área e a não assinatura de convênios.

Publicado em : 04/04/2011 às 16:46 Editado em: 04/04/2011 às 17:14

<http://www.folhadoestado.com.br/0,,Folha10158>

[Polícia federal desmonta esquema de desvios praticados por OSCIP's no Paraná, Santa Catarina, Acre e Mato Grosso.](#)

Operação da PF, CGU e Receita desmonta esquema de desvio praticado por Oscip's

A Polícia Federal (PF), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Receita Federal do Brasil (RFB), realizaram hoje (05), no Paraná e em outros quatro estados, uma grande operação conjunta, para estancar um esquema de desvio de recursos públicos operado por duas organizações da sociedade civil de interesse público, (Oscip's), espécie de ONGs com qualificação especial que lhes permite receber verbas públicas para a execução de projetos nas



Saúde em Foco



áreas de saúde, educação e segurança, por meio de termos de parceria com prefeituras e ministérios.

A operação visou o cumprimento de 16 mandados de prisão e 33 de busca e apreensão, contando com a participação de 150 policiais federais, 30 analistas da CGU e 20 servidores da Receita Federal. Entre os presos estão os dirigentes das duas Oscip's investigadas. Além de Curitiba e de vários outros municípios paranaenses, a operação se estendeu aos estados de Santa Catarina, Acre, Mato Grosso e Distrito Federal. O esquema envolvia, além das Oscip's Adesobras e Ibidec, várias empresas de fachada, que prestavam supostos serviços às duas organizações.

As investigações policiais tiveram origem em notícia crime encaminhada ao Ministério da Justiça versando sobre possíveis ilícitos praticados pelas duas organizações citadas. A partir daí foram realizadas diligências que vieram a corroborar os indícios iniciais de crime.

Concomitantemente às investigações por parte da autoridade policial, a CGU fiscalizou um Termo de Parceria firmado em 2009 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e a Adesobras, para execução de serviços relacionados ao Pronasci no município de Itaipulândia (Paraná), conseguindo chegar a indícios relevantes de irregularidades, que deram amparo a importantes conclusões da autoridade policial.

A CGU constatou, por exemplo, que o Ibidec e a Adesobras se confundem, tendo a segunda Oscip sido criada para burlar sanções impostas à primeira; (Foi verificado por exemplo, que o Presidente da Adesobras, Robert Bedros Felizian, vive maritalmente com Lilian de Oliveira Lisboa, presidente do Ibidec, e que a filha de Lilian, Mariana Lisboa Joanides, é diretora da Adesobras).

A Controladoria descobriu também indícios de simulação de despesas com serviços de consultoria e assessoria a fim de justificar desvio de recursos públicos; indícios de falsificação de documentos pelo Ibidec/Adesobras, inclusive para apresentação à fiscalização da CGU; e constatou ainda, em alguns casos, superfaturamento de serviços prestados para propiciar desvio de recursos públicos.

Além disso, a fiscalização da Controladoria constatou indícios de direcionamento de licitações ganhas pela Adesobras junto a entidades do Poder Público; indícios do envolvimento de servidores públicos federais no



desvio de recursos e ainda de advocacia administrativa e da prática de fraudes em favor da Adesobras; cobrança, em alguns casos, de elevada taxa de administração (até 22%) para a execução de programas de saúde; e, por fim, indícios de desvio de recursos do Pronasci para aquisição de material permanente para a sede da Adesobras, em Curitiba.

Pelo que se apurou, os recursos públicos recebidos eram, em parte, desviados em favor dos dirigentes e empregados das duas Oscip's, além de beneficiar terceiros. O principal meio utilizado para o desvio dos recursos seria a simulação de contratos de prestação de serviços com empresas de consultoria, com igual simulação dos serviços prestados, de forma a gerar despesas fictícias, a exemplo da emissão de notas fiscais “frias” para falsas consultorias, para serem suportadas pelo dinheiro público. Para perpetrar os crimes eram falsificados contratos, notas fiscais, relatórios de serviços e até relatórios de auditores independentes.

A quantia repassada pelo Ibidec e pela Adesobras entre os anos de 2006 e 2009 a empresas de consultoria já identificadas (pode ainda haver outras empresas), é da ordem de R\$ 11,1 milhões. A maior parte desse dinheiro foi pago a empresas de pessoas ligadas à Adesobras, e, pelo que se apurou até aqui, não houve prestação dos serviços. Os fatos configuram crimes de peculato, advocacia administrativa, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Fonte: CGU, 05/04/2011 e LEGISUS.

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=595:policia-federal-desmonta-esquema-de-desvios-praticados-por-oscipas-no-parana-santa-catarina-acre-e-mato-grosso&catid=47:janeiro&Itemid=37

Saúde - 05/04/2011 | 18h35m

Hospital Municipal de Sinop será gerenciado por OSS

Um hospital inaugurado em 2008 em Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá), mas que até hoje não entrou em funcionamento por falta de equipamentos, será a segunda unidade hospitalar a funcionar em Mato Grosso dentro do novo modelo de parcerias com Organizações Sociais de Saúde (OSS). Na sessão dessa segunda-feira (04), a Câmara Municipal aprovou em única votação o projeto da prefeitura autorizando a cessão do prédio do Hospital Municipal para o Governo do Estado. Assim, o modelo de gestão por OSS, defendido pelo Governo de Mato Grosso, também será adotado em Sinop, contribuindo para desafogar a demanda no Nortão.



Saúde em Foco



“Acredito que o gerenciamento por meio de OSS é o caminho, porque o Poder Público hoje não tem como tocar todas estas demandas na área de saúde. Poucos municípios brasileiros têm esta capacidade”, declarou o prefeito Juarez Costa, que tratou da cessão do hospital recentemente com o secretário Pedro Henry e com o governador Silval Barbosa que aceitou assumir a responsabilidade pelo hospital, que terá capacidade de 100 leitos.

Na sessão dessa segunda-feira na Câmara, os nove vereadores presentes votaram a favor da cessão. “Dois vereadores não estiveram presentes por problemas de saúde, mas acredito que se estivessem aqui também aprovariam, porque é uma alternativa para melhorar a saúde”, disse o presidente da Câmara, Remídio Kuntz. Na sexta-feira (01), o Conselho Municipal de Saúde de Sinop já havia aprovado o projeto enviado pelo prefeito e também autorizou a cessão. Agora, os documentos sobre o hospital, incluindo as decisões do conselho e da câmara, serão enviados para a Secretaria de Estado de Saúde para formalizar o acordo.

Assim que for concluído o processo de seleção da entidade que irá gerenciar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande, a SES iniciará o procedimento para abertura de Chamamento Público para a seleção de uma OSS para Sinop. Nessa segunda-feira, após a análise de proposta técnica, o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) foi selecionado para o gerenciamento do hospital de Várzea Grande, que terá 62 leitos e deverá funcionar já no mês de junho. A homologação do resultado final será divulgada no dia 19 de abril, transcorrido o prazo para recursos.

Em Sinop, município com 113 mil habitantes, os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) contam atualmente apenas com o atendimento de um Pronto Atendimento Municipal e do Hospital Santo Antônio, uma instituição filantrópica que mantém convênio com o Governo do Estado e oferece 75 leitos.

Por meio de emendas parlamentares, R\$ 10 milhões já estão garantidos para Sinop e serão repassados para o Governo do Estado para a compra de equipamentos. Com a cessão, o Estado se responsabilizará por algumas obras de acabamento, por reformas que sejam necessárias, e ainda pela manutenção do hospital que demandará recursos estimados em R\$ 2,3 milhões mensais.

Fonte: Gazeta Digital

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=318390>

Saúde - 04/04/2011 | 17h21m



Saúde discute construção do Hospital Regional do Araguaia

O Governo do Estado se prepara para a realização de um dos maiores investimentos na área da saúde em Mato Grosso, a construção do primeiro Hospital Regional do Araguaia. A obra que definitivamente marcará a estruturação efetiva da região no setor da saúde esbarra hoje em um impasse político-geográfico, onde os municípios de Porto Alegre do Norte e Confresa reivindicam a construção da unidade.

No sentido de buscar uma definição, o secretário de Estado de Saúde (SES), Pedro Henry, acompanhado do deputado estadual Baiano Filho (PMDB) cumpriram na última sexta-feira (01.04) uma agenda nos municípios a fim de avaliarem a melhor localização para o hospital.

Pedro Henry ressaltou a importância de um novo modelo de gestão para saúde pública em Mato Grosso e admitiu o enfrentamento de grandes dificuldades uma vez que sua gestão contrária interesses individuais que há muito vinha se aproveitando da saúde no estado.

Diante das indefinições, uma nova e definitiva reunião foi marcada para o próximo dia 13 de abril, na Assembléia Legislativa, em Cuiabá.

Fonte: Gazeta Digital

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=318221>

SAÚDE

06 de Abril de 2011 - 07:07

Futuro hospital regional em Sinop deve ter apoio de cidades do Nortão

Fonte: Só Notícias/Karoline Kuhn

Oficialmente repassado para o Governo do Estado gerenciar, o hospital de Sinop deverá se tornar regional a partir de sua abertura e, com isto, receber recursos dos municípios da região no sistema de consórcio - assim como ocorre em Sorriso e Colíder. A avaliação é do secretário Municipal de Saúde, Alberto Kinoshita. "Já existe essa discussão e tem interesse dos próprios secretários [municipais de



Saúde em Foco



saúde], principalmente daqueles que ficam mais próximos de Sinop, em vez de passar por Sinop e ir para Sorriso, de repente ficariam [os pacientes] aqui mesmo", explicou ao Só Notícias.

"Existe o que a gente chama de pactuação, onde cada município vai indicar se ele tem interesse ou não de fazer com que os pacientes venham se hospitalizar, a partir de agora, no município de Sinop", disse. Segundo o gestor, já há uma conversação dentro do Consórcio Intermunicipal de Saúde quanto a abertura e uso da unidade sinopense.

Atualmente, segundo Kinoshita, Sinop já atende pacientes de outros municípios e conta com a destinação de recursos por parte dos interessados. "Hoje a gente já atende alguns municípios, não somente da nossa região, como também de Guaratã e Peixoto, onde tem uma pactuação, onde eles nos repassam um recurso financeiro do SUS para que a gente possa dar atendimento, por exemplo, na área de consultas especializadas", explicou.

A oficialização da cessão do prédio do hospital municipal para o governo Estadual ocorrer foi anunciada ontem, pelo prefeito Juez Costa. A estimativa é que R\$ 13 milhões (prometidos pelo Ministério da Saúde e emendas parlamentares) sejam investidos para as mudanças e compra de equipamentos. Para a manutenção mensal, os investimentos devem ser de aproximadamente R\$ 2,3 milhões, também feitos por parte do Governo Estadual.

<http://www.sonoticias.com.br/noticias/11/124155/futuro-hospital-regional-em-sinop-deve-ter-apoio-de-cidades-do-nortao>